O ESTADO EM GRAMSCI E A PARTILHA DO FUNDO PÚBLICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONJUNTURAL DO BRASIL

Grasiela BARUCO[1]
Utanaan REIS[2]

Palavras-chave: Estado. Gramsci. Fundo público. Teoria Marxista da Dependência.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder.

Resumo

O objetivo do presente artigo é promover uma discussão crítica do fundo público tendo como referência a teoria marxista do Estado. A hipótese aventada é de que o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, com a estruturação de regiões/ países centrais e periféricos e, portanto, como resultado disso, (i) a diferente distribuição de valor em âmbito mundial e (ii) a diversa maturidade da classe trabalhadora, levou a que o fundo público nos países centrais fosse melhor distribuído entre capital e trabalho (como parecem bem demonstrar os estados de bem estar social), ocorrendo o oposto nos países periféricos. Para tanto, numa primeira seção o artigo analisa o Estado capitalista entendendo-o como uma instituição que expressa o conflito de classes típico dessa forma de sociabilidade, com o que, em sua dimensão política, tem como funções exercer o domínio, a coerção e a ditadura; e tem sua dimensão composta pela coesão, ou sociedade civil, cujas funções são exercer a direção, o consenso e a hegemonia (Gramsci, apud Coutinho, 1999). O fundo público assumiria a função precípua de coesão, mas toma, nos países centrais e periféricos, formatos diferenciados – como se discute na seção dois. Por fim, uma terceira e última seção, antes das considerações finais, avalia especificamente o fundo público para o caso brasileiro. Entende-se que a disputa por esse fundo, principalmente após a implementação do receituário neoliberal, tem se dado, como historicamente, em detrimento do trabalho, mas, o que pode se constituir como algo novo no capitalismo, em benefício do capital fictício e do agronegócio.

[1]Professora Adjunta 4 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutora em Políticas Públicas pela UERJ. Email: grasilelabaruco@yahoo.com.br
'Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: utanaan.reis@gmail.com

AS DISPUTAS PELA "MAQUINA DE POSSÍVEIS" – LUTA POR MORADIA E (DES)ALIENAÇÃO SOB A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA DE H. LEFEBVRE

Hermes da FONSECA[1]

Palavras-chave: Vida cotidiana. Alienação. Luta por moradia. H. Lefebvre.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, capitalismo e estruturas de poder

Resumo

Ao tratar da situação das habitações dos trabalhadores nas grandes cidades de meados do século XIX, F. Engels (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*) sustentou que "o modo como é satisfeita a necessidade de um teto é um critério que nos permite saber como são satisfeitas as outras necessidades." As contradições ínsitas à privação de moradia se reproduzem em várias outras esferas da vida. Sob a lógica fragmentadora da Modernidade, observa Henri Lefebvre, a habitação corresponde a uma das esferas da vida cotidiana, a vida privada; a habitação não é, em regra, onde se dão suas outras duas dimensões, o trabalho e o lazer. Como conseqüência do trabalho alienado, a propriedade privada expõe as relações de alienação em que a moradia funciona como uma categoria de *totalidade*, possibilitando questionar as próprias estruturas da sociedade capitalista. A cotidianidade expressa a vida cindida em setores organizados, unidos por alguns caracteres comuns – no trabalho, a *passividade* (imposições); na vida privada, os *condicionamentos* (consumismo); e nos lazeres, a *diluição* do "mundo" em espetáculo. Por toda parte, *passividade* e *não-participação*. A privação de moradia revela, muitas vezes, uma condição que impossibilita propriamente a vida cotidiana. No contexto brasileiro atual, o *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (MTST), um dos movimentos de luta por moradia, tem situado essa carência como núcleo a partir do qual se politizam várias outras demandas dos trabalhadores, como saúde, transporte etc. A politização dessas outras carências – inter-relacionadas à moradia – representa, segundo Guilherme Boulos (*Por que ocupamos?*) um *aprendizado* que se torna "parte da sabedoria popular, a ser utilizado sempre que necessário". Se a base da alienação reside na vida cotidiana, nas relações práticas, terreno em que os seres

[1]Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* Pimentas, em Guarulhos/SP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do FiloPol – Núcleo de Filosofia e Política da EFLCH-UNIFESP, coordenado pelo Prof. Edson Luís de A. Teles. Endereço eletrônico do autor: *fonseca@tutamail.com*

humanos se vêem expostos a forças hostis "que, entretanto, não são senão produtos de sua própria atividade, porém voltados contra eles e levando-os a destinos inumanos" (Lefebvre, *O marxismo*), como pensar sua superação tomando por base a luta por moradia? Como Marx afirmara n'*O capital*, a superação da alienação somente se dará "quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza." Se as ocupações do movimento dos sem-teto constituem, em vários casos, um substrato que possibilita uma vida cotidiana, em que medida esse pedagógico "aprendizado da luta" pode contribuir para a superação do trabalho alienado (e, conseqüentemente, da propriedade privada), como apropriação do que foi constituído de forma alienada? Se as ocupações tendem a romper a lógica *passividade/não-participação*, e, contraditoriamente, alojar-se no *topos* da legalidade – direito à moradia –, propomos identificar em *Por que ocupamos?* eventuais elementos da vida cotidiana que se mostrem, sob as balizas lefebvreanas, não capturados pela legalidade e potencialmente desalienantes.

A FÓRMULA TRINITÁRIA GLOBAL: PODER E IDEOLOGIA NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

Evânio dos Santos Branquinho[1]

Palavras-chave: espaço mundial; imperialismo; neomathusianismo; desenvolvimento sustentável; globalização

Grupo de trabalho: **GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder**

Resumo

O presente artigo procura compreender como o imperialismo ou a fase de domínio atual, além do exercício do poder político, econômico e militar, se desdobra no campo ideológico para assegurar seu poder na ordem internacional. Para isso toma-se como exemplos no pós Segunda Guerra Mundial três problemáticas que alcançaram grande repercussão: o neomathusianismo, o desenvolvimento sustentável e a globalização. Como essas questões repercutiram na configuração da ordem mundial do pós guerra e suas influências na reprodução das desigualdades socioespaciais globais. Nesse sentido, como referencial teórico-metodológico nos apoiamos no materialismo histórico dialético, que traz entre outros procedimentos: o método de análise e o método de exposição. Que podem ser caracterizados, no primeiro procedimento, pela análise dos elementos em questão, e depois, no método expositivo, a reunião deles, restituindo a totalidade da qual eles fazem parte, determinada historicamente. Apoia-se, de modo específico, nas discussões em torno do capítulo "A fórmula trinitária", presente no "O capital", livro três. Neste capítulo, o autor restitui numa totalidade os três elementos que estruturam os rendimentos e suas fontes da economia capitalista: capital – lucro/juros; terra – renda; trabalho – salário. A proposta é abordar o neomathusianismo, o desenvolvimento sustentável e a globalização de forma articulada, uma vez que a ideologia os faz aparecerem separados, recuperando uma totalidade presente na reprodução das relações sociais de produção, de uma economia e mais-valia globais. Nos atemos neste trabalho à escala dos Estados nacionais e suas interações no sistema mundial, uma vez que apesar das transformações que estes sofreram do final do século XIX e ao longo do século XX, eles ainda são os agentes principais na configuração da ordem mundial, como por exemplo, na execução de políticas macroeconômicas, na

1Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas. Doutor em Geografia Humana – FFLCH/USP. Email: evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

constituição de blocos econômicos regionais e nas rodadas de negociação de abertura econômica internacional. Em termos de relações de poder entre países, muitas delas se institucionalizam, viram políticas públicas, políticas de Estado ou supraestatais, como os organismos da ONU, Banco Mundial, Banco Interamericano. As conferências mundiais organizadas ou patrocinadas por esses órgãos são grandes arenas de discussão e também de difusão de interesses e ideologias dos países, notadamente centrais, ou de grupos políticos e econômicos ligados a esses países.

CRITICAR TAMBÉM É RESISTIR: AS CHARGES A SERVIÇO DA DEMOCRACIA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964- 1985)

Alexandre Borges MESQUITA[1]

Palavras-chave: Democracia; ditadura civil- militar; iconografia; resistência.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Democracia, Capitalismo e Estruturas do Poder

Resumo

A presente análise pretende, por meio e a partir das charges produzidas durante a ditadura civil- militar (1964- 1985), suscitar debates e reflexões acerca do regime autoritário, ou seja, buscaremos colocar sob a luz do texto questões elementares para a compreensão dos acontecimentos que perpassaram o período, como as manifestações populares contrarias ao autoritarismo e as repressões dos militares; a questão da tortura e o desrespeito aos direitos humanos; a questão da anistia e da redemocratização; e sobretudo as formas de resistência que esses sujeitos construíram para expressarem suas opiniões e se posicionarem politicamente num tempo em que a censura e o medo utilizados como formas de controle pelos militares predominavam. Com isso, iremos por meio da interpretação metodológica das fontes disponíveis, inerente ao trabalho do historiador, discorrer sobre o contexto em que essas estavam inseridas, a conjuntura sócio-política, entre outras questões que sejam pertinentes à temática. Para que esse trabalho fosse possível, tomamos como referência uma bibliografia especializada, levando em consideração desde as obras que abordam de forma geral a história do período, até aquelas que ponderam especificamente sobre determinados temas, como a imprensa alternativa e as suas formas de resistência ao regime militar. Além da bibliografia, é necessário também ressaltar o levantamento de charges utilizadas como fontes históricas nesse trabalho, as quais foram produzidas e publicadas sobretudo pela imprensa alternativa e seus colaboradores, que fizeram uma respeitável frente intelectual ao militarismo vigente no período.

[1] Graduando em História na Unifal-MG. E-mail: mesquitamedici@gmail.com

O PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE E DAVID HARVEY: uma abordagem sobre o conceito "Direito à Cidade".

PEREIRA FILHO,Gérson[1]
YAMAMOTO, Jorge Hideo[2]

Palavras-chave: Direito à cidade; questões urbanas; políticas públicas; Henri Lefebvre; David Harvey.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder.Globalização,

Resumo

Pretende-se com esta pesquisa de iniciação cientifica uma investigação teórica em torno do pensamento filosófico e suas implicações noutras áreas, sobretudo em relação ao Direito, a partir da abordagem interdisciplinar que envolve a temática e conceito debatidos na contemporaneidade em torno do "Direito à Cidade". A vida urbana e o processo de urbanização, no contexto da sociedade industrial e pós-industrial, ao chamado "Mundo Global" ou "Cidade Global" apresentam inúmeras transformações que vêm sendo estudadas por diferentes olhares acadêmicos, de modo especial nas ciências humanas e urbanísticas. Grande parte das questões, senão todas elas envolvem o campo jurídico, porque acabam se desdobrando em legislações para regulamentação de aspectos específicos desta sociedade urbana. O desenvolvimento das urbes da modernidade à contemporaneidade agregado ao desenvolvimento industrial e tecnológico trouxeram inúmeros problemas que variam das mais diversas formas e afetam a saúde, a educação, a mobilidade, a acessibilidade, a infraestrutura, o saneamento, a violência, os problemas de habitação, os comportamentos de grupos e etnias, as relações de trabalho, o ambiente natural, dentre outros tantos. Um rol de questões que merecem atenção e que tem grande influência no estilo de vida urbana desde o século XVIII ao momento atual, devendo então ser objeto de estudos interdisciplinares. Como consequência do supramencionado, o pensador francês Henri Lefebvre (1901/1991) cunha o conceito de "Direito à Cidade", publicando sua exponencial obra "*Direito à Cidade"* em 1968. A obra original propõe importante análise sobre o processo de urbanização moderno que teve como princípio fundador as

[1] Docernte do Depto. de Filosofia da PUC MINAS, *campus* Poços de Caldas. Doutor e Pós doutorando em Filosofia pela Unicamp. Email: gersonpereirafilho1962@gmail.com.br
[2] Graduando em Direito. Bolsista de Iniciação Científica. PUC MINAS, Campus Poços de Caldas. Email: hideoyamam@hotmail.com

transformações econômicas promovidas pelo capitalismo industrial a partir do séc. XVIII/XIX. A posteriori, o pensador inglês David Harvey (1935) contextualiza a obra de Lefebvre e propõe novas questões que passaram a afetar a vida urbana com a chamada "globalização". Harvey reaplica alguns dos fundamentos de análise para compreensão das urbes contemporâneas no contexto pós-moderno ou pós-industrial da segunda metade do séc. XX, na era do capitalismo global e suas novas proposições. Os dois autores se fundamentam nas categorias marxistas de análise para daí sugerirem uma nova "Revolução Urbana" sustenta na tese do "Direito à Cidade". Pretendemos aprofundar estes conceitos e as bases teóricas e metodológicas desses autores, correlacionando-os.

Referências:

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no Século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2018.
_____. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
_____. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.
_____. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, n.29, p-73-89,jul/dez,2012. http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf. Acesso em 25/02/2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.
_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
_____. **O Pensamento Marxista e a Cidade.** Lisboa: Ulisseia, 1972.

PEREIRA FILH0, Gérson; YAMAMOTO, Jorge Hideo. **A cidade e suas Leis: um estudo do diálogo "*As* Leis", de Platão frente ás questões contemporâneas do Direito à Cidade.** Poços de Caldas: Pesquisa FIP –PUCMinas,2018.

FETICHISMO DA MERCADORIA, ALIENAÇÃO E FAKENEWS: como conceitos de Marx podem ser utilizados para compreender o fenômeno das notícias falsas nas redes sociais.

PIO, Fernanda Israel[1]

Palavras-chave: Fake News; alienação; fetichismo; tecnologia; redes sociais

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

Resumo

"Fetichismo da mercadoria" nos remete à obra *O Capital* [1867] de Karl Marx. A mercadoria seria dotada de mistério por encobrir características sociais do trabalho dos homens, apresentando-as como inerentes aos produtos do trabalho. O produto perde a relação com o produtor sendo compreendido como algo apartado (1994, p.81). O termo "alienação" é utilizado por Marx em *Manuscritos econômico-filosóficos* [1844] para designar o estranhamento do trabalhador com relação ao produto gerado pelo seu trabalho. Em linhas gerais estamos falando do trabalhador que, por não possuir os meios de produção e não dominar mais todas as etapas de fabricação, é apartado do produto, a mercadoria parece surgir de maneira mágica e autônoma, por feitiço, "fetichismo da mercadoria". Tais conceitos podem ser utilizados refletir sobre o fenômeno das *Fake News*, aqui nos referindo especificamente as notícias falsas espalhadas em massa através de redes sociais. Podemos dizer que o fetichismo está impregnado, de maneira geral, no sistema capitalista contemporâneo, que a lógica do capital é transmitida para outras instâncias e, não seria diferente no meio social virtual. Nas redes sociais, a lógica da "devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais" é reproduzida (NETTO, 2012), apagando a distinção entre real e representação, as representações no mundo virtual se tornam autônomas, perdendo a conexão com o referencial "off-line". Neste sentido Moretzsohn (2002) nos remete para meados do século XIX, no surgimento da imprensa como atividade industrial que levou ao sacrifício da verdade diante da urgência da produção de conteúdo "de primeira mão" imposta pelo mercado concorrencial. Fenômeno semelhante ocorre nas redes sociais, fortalecendo a já referida de "perda de conexão com o referencial", que se assemelha aos conceitos de Marx que tratamos anteriormente, mas dessa vez, temos, no lugar da mercadoria, informações que

[1] Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Metafísica pela Universidade de Brasília, Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: frrpio@gmail.com

atingem um nível de validade e autonomia que as aparta de referenciais "concretos" e até mesmo de seus produtores, como ocorre com as *Fake News*. Slavok Zizek pontua que as *Fake News* estão presentes na sociedade desde antes da invenção da internet e que o que diferencia a realidade atual nas redes sociais é que as pessoas podem se organizar aparentemente sem estarem submetidas a uma autoridade reguladora, isso por outro lado abre espaço também para novas táticas como as *Fake News*, na roupagem que vemos hoje (ZIZEK, 2017). Esse "fetichismo da tecnologia" está relacionado à impressão de que a tecnologia apaga as diferenças, como se todos tivessem o mesmo poder e manifestação e se cada voz tivesse o mesmo peso. (MORETZSOHN, 2017, p.297). Ponto que coaduna com a argumentação de Zizek e que nos permite identificar as *Fake News* como elementos que invalidam a premissa ilusória da horizontalidade e da democracia em que todos tem o mesmo poder de manifestação, e as vozes têm o mesmo peso nas redes sociais, elemento que evidenciam o fetichismo da tecnologia.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 6 vols. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 1ª edição 1844. São Paulo, Nova Cultural.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. "Uma legião de imbecis": hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. Liinc, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, nov. 2017.
Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088 . >Acesso em: 05 de outubro de 2018.

MORETZSOHN, Sylvia. Jornalismo em "tempo real": o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serv. Soc. Soc. [online]. 2012, n.111, pp.413-429
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002> Acesso em: 10 de outubro de 2018.

ZIZEK, Slavoj. Slavoj Zizek on Trump and fake News. 2017.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lQ9vf9mRyq8.>
Acesso em: 3 de outubro de 2018